

A. I. N° - 299164.0519/02-6
AUTUADO - CLODOALDO ALVES CABRAL
AUTUANTES - GERVANI DA SILVA SANTOS e OSVALDO CEZAR RIOS FILHO
ORIGEM - IFMT-DAT/SUL
INTERNET - 27.08.02

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0293-02/02

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIA POR CONTRIBUINTE COM INSCRIÇÃO CANCELADA. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Infração não caracterizada em razão do sujeito passivo ter comprovado a existência de processo de reativação devidamente deferido pela repartição fazendária de sua circunscrição fiscal. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 25/05//2002, no Posto Fiscal Benito Gama, refere-se a exigência de R\$ 317,69 de imposto, mais multa de 100%, tendo em vista que foram encontradas mercadorias provenientes de outro Estado, acobertadas pela Nota Fiscal n° 147130, destinadas ao contribuinte supra que se encontrava com sua inscrição cancelada no cadastro de ICMS da SEFAZ/BA, conforme documento à fl. 06.

No prazo legal, o sujeito passivo interpõe recurso defensivo (doc. fl. 22), no qual argüi a improcedência da ação fiscal, sob alegação de que não foi levado em consideração pelos autuantes a existência de processo com o pedido de reativação de sua inscrição estadual que estava tramitando na Inspetoria Fazendária de Itapetinga desde o dia 16/05/2002. O autuado alega ainda que a nota fiscal que acobertava o transporte da mercadoria foi emitida de acordo com a legislação tributária em vigor, com imposto e frete pagos, e que os produtos estão em conformidade com o documento fiscal. Para comprovar as suas alegações o defendente acostou ao seu recurso cópia do protocolo extraído do Sistema de Protocolo (SIPRO) da Secretaria da Fazenda, Documento de Infração Cadastral – DIC e cópia da Nota Fiscal n° 055818 (docs. fls. 23 a 25).

A Auditora Fiscal que prestou a informação fiscal em lugar dos autuantes, esclarece que o processo de reativação da inscrição estadual no SIMBAHIA realmente estava em andamento e foi deferido pelo Inspetor Fazendário no dia 16/05/2002, concluindo que na data da lavratura do Auto de Infração o pedido do contribuinte já havia sido liberado, e opinando pela improcedência da ação fiscal.

VOTO

Pelo que consta nos autos, a exigência fiscal apurada por prepostos fiscais da fiscalização de mercadorias em trânsito, sendo exigido o imposto por antecipação, em decorrência da constatação de transporte de mercadoria (telha de amianto) oriunda de outra Unidade da Federação, acobertado pela Nota Fiscal n° 147130, destinada ao contribuinte supra que se encontrava com sua inscrição cancelada no cadastro de ICMS da SEFAZ/BA, conforme documento à fl. 06.

Analisando as razões da defesa, verifica-se que realmente ocorreu erro na informação do SIDAT, pois restou comprovado pelo autuado através do DIC – Documento de Informação Cadastral que desde o dia 16/05/2002 havia sido deferido pelo Inspetor Fazendário a reativação da inscrição cadastral do estabelecimento autuado, conforme documento à fl. 24.

Nesta circunstância, na data da lavratura do Auto de Infração (25/05/2002) o contribuinte se encontrava em perfeita regularidade perante o a repartição fazendária para exercer os atos inerentes a sua atividade comercial.

Ante o exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração **nº 299164.0519/02-6**, lavrado contra **CLODOALDO ALVES CABRAL**.

Sala das Sessões do CONSEF, 22 de agosto de 2002.

FERNANDO A. B. DE ARAÚJO – PRESIDENTE

JOSÉ CARLOS BACELAR – RELATOR

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - JULGADOR